



A FORMAÇÃO DOS MOVIMENTOS NACIONALISTAS E A LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

José de Jesus Ferreira | Luciana Cristina Campos¹ • Novembro de 2013

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo fazer uma análise histórica dos movimentos nacionalistas em Angola e o modo pelo qual influenciaram no processo de libertação do país. A multiplicidade de grupos políticos mostra uma complexa rede de alinhamentos políticos que ultrapassam as fronteiras territoriais e ganham abrigo em países vizinhos.

Palavras-chave: Angola - Movimentos nacionalistas - Processo de independência.

Abstract:

This article aims to make a historical analysis of the nationalist movements in Angola and the way that influenced the process of liberation of the country. The multiplicity of political groups shows a complex network of political alignments beyond territorial boundaries and gain shelter in neighboring countries.

Keywords: Angola - Nationalist movements - Independence.

As fronteiras desenhadas durante o processo de colonização dos países africanos estão intrinsecamente vinculadas a um rearranjo dos diversos grupos étnicos que habitam o continente. A divisão dos países tendo como base os limites definidos pelo colonizador europeu¹ criou a configuração do que se conhece hoje como os países africanos. E mesmo com o encerramento dos processos de independência no final da década de 1970, não houve mudanças significativas nas fronteiras; houve, sim, manutenção das estruturas sociais e políticas. No contexto da Guerra Fria, essa configuração geográfica (mas não somente ela) tem implicações significativas nos processos de independência e, posteriormente, nos processos de integração. A descolonização, ao gerar a luta pela independência, faz emergir rivalidades no seio da sociedade africana, vistas, sobretudo, pelos movimentos independentistas e, em alguns casos, em uma minoria que tinha por objetivo a perpetuação das estruturas sociais do período colonial. A forma como a sociedade se organizou para reivindicar direitos é uma das forças presentes nesse momento histórico da África. Analisa-se aqui o caso angolano, a partir de uma visão de dentro, isto é,

¹ Como contraponto a essa argumentação, faz-se alusão ao argumento do historiador Wolfgang Döpcke. No texto, “A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra” o autor contesta o argumento que credits às fronteiras “artificiais” impostas pelos europeus durante o processo de colonização o fator preponderante para a eclosão dos conflitos no continente africano.

como os movimentos nacionalistas surgem e afetam o processo de independência e da construção da democracia bem como os desdobramentos para a sua inserção internacional. Outras variáveis, com pesos diferenciados, também influenciam no processo: a crescente militarização dos países; o papel das elites locais; a diversidade étnica e a formação das lideranças políticas; a ingerência dos países vizinhos, sobretudo a ofensiva da África do Sul; as relações com os países colonizadores e o legado das estruturas coloniais.

A origem e formação dos movimentos nacionalistas em Angola são parte de um processo mais amplo, tendo como influência as transformações pelas quais o continente passou, sobretudo a partir da década de 1950. Entretanto, a variável interveniente² do processo de independência de Angola, isto é, o elemento sistêmico que interfere em todo o processo político no referido país é a Guerra Fria³. A conjuntura do país foi fortemente afetada pela ingerência das duas superpotências, EUA e URSS. É nesse con-

² A variável interveniente ou interventora (Bowditch & Buono, 1992) é aquela que se encontra entre a independente e a dependente (Richardson et. al., 1985) tendo como função não apenas ampliar, diminuir ou anular a influência da variável independente sobre a dependente (Lakatos & Marconi, 1983; 1985) como também ajudar a esclarecer a relação entre as variáveis independentes e dependentes (Bowditch & Buono, 1992).

³ Para uma apreciação detalhada do assunto, conferir: SHUBIN, Vladimir. *The hot cold war: the URSS in Southern Africa*. London: Pluto Press, 2008

texto que se analisará o papel desempenhado pelos diversos grupos políticos ao longo da década de 1950 em Angola. O trabalho aqui apresentado buscará agregar os fatores acima em uma perspectiva que privilegie a disputa inerente aos grupos políticos em Angola.

A África no contexto internacional a partir de 1940

O fim da Segunda Guerra Mundial engendrou maior complexidade nas relações interestatais. O estreitamento das relações econômicas, comerciais e financeiras esteve fortemente condicionado pela dinâmica internacional da bipolaridade. No âmbito africano, em 1945, se dá o V Congresso Pan-Africanismo. Este, que foi conhecido por muitos como um dos principais já realizados encontros com uma vertente na luta pela liberdade africana. Pela primeira vez reivindicaram para uma independência imediata, completa e absoluta dos povos de territórios dependentes. Esta reivindicação direta e clara deu um novo impulso ao Pan-Africanismo, deixando a moderação o idealismo para entrarem realmente em ação; o caminho mais direto era através de métodos de resistência pacífica. Nesse congresso na Inglaterra foi discutida pelos congressistas a independência da Argélia, Tunísia e Marrocos (NKRUMA, 1963 apud, RIBEIRO, 2007).

Com o princípio da autodeterminação dos povos, explicitado no nº 2 do art.º 1 e no art. nº 55 da carta das Nações Unidas, as nações euro-

peias viam-se cada vez forçadas a concederem a liberdade plena das suas concessões e possessões na Ásia e África, afinal, as suas ideologias pregadas na carta dirigida às nações mundiais não era uma realidade enquanto prática diária como: terror, racismo, impunidade, violência dos direitos humanos, trabalho forçado etc. A pressão exercida pelo os EUA e URSS, fez com que os países europeus começassem aceitar a possibilidade de dar a independência das terras ultramar. Sobre essa pressão, Portugal viu-se obrigado a alterar sua imagem perante o mundo, mas de modo algum se cogitava a possibilidade da autodeterminação dos territórios do ultramar. Portugal sempre foi um país pobre em recursos naturais e humanos, e via nas colônias o instrumento pelo qual obteria suas riquezas, tendo, por muito tempo, explorado as terras além mar. Portugal passa a denominar suas possessões de “Províncias Ultramarinas”. O império português é eliminado, substituído por ultramar Português. Tal foi a tese que Portugal apresentou à comunidade internacional como argumento para repudiar todas as denúncias e pressões internacionais em relação ao colonialismo na África. Essas denúncias vinham principalmente da ONU que apelava ao país que reconhecesse o direito autodeterminação dos seus territórios.

Na década de 1950, liderado pelo líder do Pan-Africanismo e defensor dos povos oprimidos, Kwame Nkrumah, Gana torna-se independente em 1957, tornando assim o primeiro país da África Negra, a alcançar a inde-

pendência. Kwame Nkrumah motivou sobremaneira a todos os povos de África a lutarem cada vez mais pela sua independência. Como ressaltou o líder ganense em 1963:

Ai, na verdade, estão as engrenagens reais do neocolonialismo. Aí, na verdade, estão as ramificações econômicas dos monopólios e grupos de empresas. Seus impérios financeiros e econômicos são pan-africanismo e só podem ser enfrentadas em base de pan-africana. Só uma África unida, através de um Governo de uma união africana poderá derrotá-los (NKRUMA, 1963, apud RIBEIRO, 2007).

Nkrumah mostrou-se cada vez mais esperançoso em dar prosseguimento no seu sonho, que era formar um estado unido da África. Em 25 de julho de 1958, realizou-se o congresso de Cotonou “Benin”, que reuniu com a intenção de constituir o partido do reagrupamento Africano. O slogan era: “Buscai primeiro a independência e o resto vos virá por acréscimo”. Nesse congresso, o conceito de Pan-Africanismo não se expressiu justaposto ao de “Negritude”, o que estava em causa era a busca de estratégias para enfraquecer cada vez mais a política e a cultura ocidental dentro da África.

Ainda que o discurso político-ideológico de Nkrumah tenha se legitimado como ideia-força capaz de incentivar os demais países a buscarem a autonomia política, o fator geral de coesão era a liberdade, tal como aponta Penna Filho:

O desejo de independência tomou conta de praticamente todo o continente africa-

no, envolvendo os seus povos num sentimento de liberdade que a cada momento crescia mais. A cada episódio de expressão internacional, de vitória contra o sistema colonial, a esperança renascia; além de que a experiência estava mostrando às potências colonialistas que a guerra contra a descolonização era inviável. Sem embargo, a independência significava muito para os africanos colonizados. Para eles, as discussões mais profundas sobre a natureza da descolonização e o futuro dos novos países eram secundárias. Deixou-se de lado momentaneamente questões problemáticas como a da viabilidade econômica dos pequenos Estados e mesmo com relação a transformações mais efetivas em suas sociedades. (PENNA FILHO, 2009)

O nascimento dos movimentos nacionalistas em Angola e as influências regionais

Ali Mazrui, em *Africa's International Relations: the diplomacy of dependency and change* (1977), afirma que “uma dialética básica para entender na África é que enquanto os maiores amigos do nacionalismo africano é consciência de raça, o maior inimigo da nacionalidade africana é a consciência étnica”⁴ (MAZRUI, 1977, p.23-24). Reside aí grande parte do argumento para se entender a dinâmica africana e, em especial, a angolana. A consciência étnica a que o historiador se refere é parte da explicação da formação dos movimentos nacionalistas em Angola. Nesse país, as primeiras organizações de

⁴ Tradução livre do original “*a basic dialectic to understand in Africa is that while the greatest friend of African nationalism is race-consciousness, the greatest enemy of African nationhood is ethnic-consciousness*” (MAZRUI, 1977, p.23-24)

caráter político, começaram a ser constituídas na primeira metade do século XX. Embrionariamente, essas organizações adotavam estratégias para driblar o monitoramento do governo português, já que este não admitia organizações de cunho político, tendo como objetivo claro controlar as instituições. Foi então que em 1923 um grupo de angolanos letrados criou em Luanda (capital de Angola), a “Liga africana”, associação exclusivamente de negros e, na mesma época, paralelamente a Liga africana, funda-se a “Anangola” (associação dos Naturais de Angola), composto por brancos e mestiços nascidos em Angola. Essas duas organizações podem ser consideradas como sendo as bases de todos os movimentos nacionalistas que posteriormente surgem em todo país. Quanto à Liga africana e Anangola, apesar do seu caráter cultural, começaram organizar manifestações de cunho político, racial e antigovernamental; posteriormente, foram surgindo vários movimentos nacionalistas clandestinos que faziam oposições diretas ao sistema colonial. Movimentos estes que passaremos a descrevê-los para uma melhor compreensão da multiplicidade e emergência de atores dispostos a influenciar o processo decisório angolano:

ABAKO: Aliança dos Bakongos – criada em 1953, que tinha como sede a cidade de Leopoldville; este movimento tinha como pretensões a unidade do povo Bakongo e a restauração do antigo reino do Congo e a inspiração de formar a província do Baixo Congo.

AFA: Association des Femmes d’Angola, com sede em Leopoldville, tinha como presidente uma mulher, esposa do vice-presidente da U.P.A. A líder apelava para a formação de uma frente comum de libertação nacional, na qual outras associações (em especial trabalhadoras) se unissem em uma única frente.

ALIAZO: Aliança dos Naturais do Zombo, criada em 1960, tendo Leopoldville sua sede administrativa. Essa aliança era um subgrupo da UPA. Um dos seus objetivos gerais era a luta pela independência dos distritos do Zaire e do Uíge, que se chamava província do Congo.

AREC: Association des ressortissants de l’Enclave de Cabinda, posteriormente MLEC – Movimento pela Libertação do Enclave de Cabinda que se completava com a FLEC Front de Libération de l’ Enclave de Cabinda, que também era conhecida como AOEC – Association des Originaires de l’Enclave de Cabinda, fundada em 1953, tendo como sede em Pointe Noire.

FRAIN: Frente Revolucionária Africana para independência das Colônias Portuguesas foi criada em 1959 com sede em Conacri (Guiné) e possuía várias agências avançadas como na Alemanha Oriental, Londres, Accra, Leopoldville, Tunes, Praga, Varsóvia e Casablanca. Tinha como objetivo principal a união de todos os movimentos anticoloniais que lutavam para a libertação das coloniais ultramares europeia na África. Era conhecida por seu estilo pacifista, e os

líderes da Frente acreditavam que a melhor luta era feita sem confrontação armada.

FUA: Frente de Unidade Angolana. Formada por alguns europeus das cidades de Benguela e Lobito entre os anos de 1959 e 1961, esse movimento era clandestino e tinha como objetivo desenvolver a autodeterminação nos nativos de Angola.

FULA: Frente Unida Para a Libertação de Angola, criada provavelmente em 1960, com sede em Luanda. Esse movimento era explicitamente adversário do governo português, apresentava-se sem receio e pleiteava à conquista de condições políticas em Angola.

LGTA: Liga Geral dos Trabalhadores Angolanos, fundada em 13 de junho de 1961 e com sede em Leopoldville. Um dos vários objetivos era a se solidarizar com os angolanos refugiados no Congo e com essa prática formar uma frente comum com o sindicato dos trabalhadores do Congo belga.

MDIA: Movimento para a Defesa dos Interesses de Angola. Criada em março de 1961, com sede em Leopoldville, esse movimento nasceu de um grupo dissidente da UPA. Como objetivo principal almejava construir o país do Congo português, com a ajuda de Portugal e fazer regressar todos os congolesees que estavam exilados por motivos políticos.

MLNA: Movimento Nacional de Libertação de Angola. Criado em 1959, com sede em Luanda. Esse movimento era de uma linha mais

radical, porém, era um dos poucos que atendia aos ideais de democracia racial, pretendendo a união do povo angolano.

MPLA: Movimento Popular de Libertação de Angola, formado na sua última fase em 1960, é fruto de alianças partidárias. Sua história não era diferente a outros movimentos que nasceram nas décadas de 1940 a 1960. Na época, outros dois movimentos nacionalistas foram formados: a PLUA (Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola) e o MLA “Movimento de Libertação de Angola” depois de alguns anos, o “Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola” uniu-se com o “Movimento de Independência Nacional de Angola” e fundaram o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), cuja sede era em Conakry e mais tarde transferida para cidade de Leopoldville.

UPA: União das Populações de Angola, criada em Dezembro de 1958, em Accra (Gana) e posteriormente em 1960 passou a sua sede para Leopoldville. Iniciou suas ações nas regiões do Baixo Congo, São Salvador e Nóqui. Um dos seus objetivos era lutar pela independência de Angola e erguer uma unidade africana, porém era conhecida também pelas suas ações duras, violentas e armadas que os levou à formação do lendário “Exército de Libertação Nacional de Angola”. A UPA contava com um centro de treinamento no Congo e eram apoiados pelos argelinos nessa empreitada. Assim como MPLA, a UPA foi um dos expoentes na luta pela liber-

tação de Angola, razão pelo qual deter-nos-emos em uma breve explicação sobre este movimento. Valahu (1968) sustenta que a UPA (União dos Povos de Angola) obteve esse nome em 1954 quando Holden Roberto⁵ absorveu a “União dos Povos do Norte de Angola”, grupo que tinha sido fundado pelos os Bakongos⁶. Com o apoio obtido pelos angolanos residentes nos dois Congos, Holden Roberto, alia-se com o ganês⁷ Kwame Nkrumah⁸ e muda-se para Gana, onde participou de uma Conferência Africana em 1958 que devia eleger Lumumba⁹ como chefe

⁵ Holden Roberto iniciou a sua atividade política em 1954 com a fundação da União dos Povos do Norte de Angola (UPNA), mais tarde designada UPA e posteriormente FNLA (Frente Nacional para Libertação de Angola).

⁶ Os Bakongos ocupam o Noroeste do País, entre o mar e o rio Kuango, nomeadamente as Províncias de Cabinda, Zaire e Uige. Porém, convém realçar que a área Bakongo se estende para além das fronteiras geográficas administrativas do País. Foi no território Bakongo que, no Século XV, os Portugueses encontraram o reino do Kongo, com a capital em “S. Salvador” (Mbanza Kongo). Fonte: Portal ritosdeangola. 2010.

⁷ Ganês é o nome popular que se dá àquele que nasce na República de Gana.

⁸ Kwame Nkrumah foi o principal líder pan-africanista dos anos 1960. Sua práxis, voltada para a unidade continental africana, buscava adicionar a temática do desenvolvimentismo aos dois temas clássicos do pan-africanismo: liberdade e integração. Foi também o primeiro Presidente da República de Gana.

⁹ Líder anti-colonial e o primeiro-ministro eleito em junho de 1960 na actual República Democrática do Congo depois de ter participado da conquista da independência do Congo Belga em relação à Bélgica. No mesmo ano de sua morte, o governo da União Soviética nomeou a importante Universidade Russa

dos congolezes. A amizade de Lumumba e Holden Roberto permitiu que a UPA ganhasse outros aliados de Kasavubu¹⁰ e da ABAKA. Já em Leopoldville, Roberto teve que fazer duas frentes de batalha: contra o MPLA e outra contra NGI-ZAKO (movimento sindical que lutava para a independência de Cabinda), conseguindo, assim, o tão almejado apoio dos países africanos (VALAHU, 1968).

UNITA: União Nacional para a Independência Total de Angola. A história desse movimento se confunde com a UPA e a GRAE (Governo de resistência de Angola no Exílio), visto que Jonas Savimbi era membro e ministro das relações exteriores desse movimento. A UNITA foi fundada em 1966, suas particularidades eram também à libertação de Angola e, diferente a UPA – que se apoiava nas tribos de norte – a UNITA apoiou-se nos povos Sul, Leste e planalto central. Foi um partido contudente na luta pela a libertação, tornando-se um dos principais movimentos de libertação de Angola. Mais uma vez podemos observar como a África Austral estava solidária à luta pela independência de Angola, principalmente o Congo Belga, país

da Amizade dos Povos com o nome de Lumumba. Passadas apenas dez semanas da sua eleição, foi deposto juntamente com o seu governo num golpe de estado, aprisionado e assassinado em janeiro de 1961, em circunstâncias que indicaram provável cumplicidade e apoio dos governos da Bélgica, do Reino Unido e dos Estados Unidos

¹⁰ Joseph Kasavubu foi o primeiro presidente da República Democrática do Congo.

onde 85% dos movimentos de libertação de Angola tiveram suas bases. Como afirma RIBEIRO, (2007)

É claro que a sociedade civil angolana tem uma história antiga e uma recente. Uma história antiga, porque a independência não é o grau zero da política em Angola, nem mesmo o nacionalismo moderno dos anos 50/60 que conduziu a luta armada de libertação nacional. A história antiga tem a ver com a história do movimento associativo angolano, cujas origens se podem situar em meados do século do século XIX com as associações culturais e os movimentos cooperativos e mutualista angolanos que davam corpo afirmação do direito da cidadania dos africanos nos anos 30 que prolongou até ao século XX, mesmo após a declaração de Londres (1960) que indicava a passagem da ação direta, ou seja, a luta armada de libertação nacional. A história mais recente de vê-la com “renascer” do movimento associativo, com afirmação sua autonomia e da sua legitimidade de intervenção no espaço público, depois dos movimentos de libertação terem sonogado o espaço público criado no contexto do Estado colonial, ao assumirem-se como partidos e nação (BÊNOIT, apud, PESTANA, 2003, p. 3).

O grande número de grupos políticos que reivindicam a libertação é o elemento que singulariza a situação nesse país. Diferentemente dos demais países do continente, em Angola tal multiplicidade é atestada pelos diversos grupos cuja etnia é o elemento em torno do qual gravitam os principais problemas.

A independência de Angola e o Governo do MPLA

Após a independência de Angola, em 1975, o governo do MPLA oficializa a adoção do

modo de produção socialista. Entre os elementos que compõem tal diretriz, os órgãos do Estado estariam sob tutela do partido que passaria, a partir daquele momento, a chamar-se MPLA-PT (Movimento Popular de Libertação de Angola-Partido dos Trabalhadores). No entanto, todas as decisões fundamentais ao funcionamento do estado e a sua funcionalidade estrutural, política econômica seriam discutidas e sancionadas no congresso do MPLA:

O estabelecimento de um sistema econômico socialista, baseado no planejamento central, nacionalização de grande parte das empresas produtivas e no rigoroso controle estatal das atividades econômicas, foi determinado não só pela ideologia oficial, como também, em grande parte, pela independência, objetivo principal do partido consistiu em revitalizar a produção, em vez de estabelecer uma economia inteiramente socialista (ANGOLA, 1988).

A administração do aparelho burocrático tinha por base o modelo socialista e foi prontamente abraçado pela liderança do MPLA. Este colocava o partido no centro das decisões do Estado, não havendo, portanto, oposições partidárias no governo. O presidente do partido também exercia a função de presidente da república: era no comitê central e no bureau político que saíam as deliberações.

O poder judiciário do Estado assinalado na constituição em 1975 seria independente, mas na prática, quem desempenhava essa função era o Tribunal Revolucionário. Como forma de centralizar e controlar as ações de caráter político

e social, com intuito de fortalecer no povo angolano um espírito patriótico e socialista filiados ao ideal do MPLA, começou a se criar dentro do partido várias células de cunho político atrelado ao governo, que acoplava vários níveis da sociedade civil, como por exemplo: a OMA (Organização das Mulheres Angolanas), a JMPLA (Juventude do Movimento de Libertação de Angola) a OPA (Organização do Pioneiro Angolano) a UNTA (União Nacional dos Trabalhadores Angolanos), e entre elas haviam várias organizações que filiadas ao MPLA, davam apoio e suporte, quer em escalas local, provincial e nacional.

Considerações Finais

Colônia de Portugal, Angola enfrentou um longo caminho rumo à independência. A participação da sociedade civil, organizada em movimentos políticos trazia a herança étnica como elemento agregador para uma práxis que estivesse em consonância com os desígnios de cada grupo. A multiplicidade de atores políticos evidencia a complexidade do cenário político angolano e se apresenta como um elemento essencial para se entender a formação das elites locais e as implicações que terá no âmbito das relações internacionais. Decorre daí outros fatores importantes para o nosso campo de estudos: a estabilidade política como chave para a inserção internacional de Angola; a emergência de uma concepção própria do Estado-nação; os mecanismos para a inserção internacional pautada, sobretudo na economia (recursos minerais – petróleo e dia-

manentes); a opinião pública como vetor para se entender as mudanças políticas em Angola e a retomada da democracia como fator para a justiça social e para o desenvolvimento desse país.

Referências

- ARAUJO A. C. Aspectos de desenvolvimento econômico e social de Angola. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1964.
- MACIEL, Artur. Angola Heroica: 120 dias com os nossos soldados. 2. Edição Amadora. Portugal, 1963.
- MAZRUI, Ali A. Africa's International Relations: the diplomacy of dependency and change. London: Heinemann, 1977.
- PENNA FILHO, Pio. A África contemporânea: do colonialismo aos dias atuais. Brasília: Hinterland Editorial, 2009.
- SILVA, Márcia Maro da. A independência de Angola. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

ⁱ Mestrados em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.